OPEN ACCESS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PUCRS

CIVITAS
Revista de Ciências Sociais
Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política

Civitas, Rev. Ciênc. Soc.26: 1-12, jan.-dez. 2026
e-ISSN: 1984-7289 | ISSN-L: 1519-6089

ARTIGOS

A pesquisa em Ciências Sociais a partir da metodologia do "Estudo de caso"

The research in the Social Sciences using the "Case Study" methodology

Investigación en Ciencias Sociales mediante la metodología del "Estudio de caso"

Paula Mendes Lacerda
orcid.org/0000-0003-2938-8136
lacerdapaula@gmail.com

Recebido em: 14 ago. 2024.
Aprovado em:05 dez.2025.
Publicado em: 23 jul. 2026.

Resumo: O artigo tem como objetivo discutir o estudo de caso a partir do campo das Ciências Sociais, que, conforme argumento, apresenta contribuições específicas. Para tanto, apresenta uma revisão bibliográfica sobre o estudo de caso, percorrendo manuais de pesquisa e estudos sobre o tema com maior investimento. O artigo aprofunda uma dimensão específica do estudo de caso: quando o caso tem existência prévia aos esforços do pesquisador de construir e de delimitá-lo, o que foi definido por pesquisadores de origem francesa como affaire. Nas perspectivas finais, o artigo lança algumas considerações sobre o estudo de caso e sobre as abordagens antropológicas, apresentando algumas possíveis interpretações sobre a escassez, ou ausência, de reflexões das pesquisas sobre casos na disciplina.

Palavras-chaves: Estudo de caso. Metodologia. *Affaire*. Antropologia.

Abstract: The aim of this article is to discuss the Case study from the point of view of the field of Social Sciences, which, I argue, has specific contributions. To this end, it presents a bibliographical review of the Case study, covering both research manuals and studies on the subject. The article explores a specific dimension of the Case study: when the case exists prior to the researcher's efforts to construct and delimit it, which has been defined by researchers of French origin as an *affaire*. In the final section, the article launches some considerations about case studies and anthropological approaches, presenting some possible interpretations about the scarcity, or absence, of reflections on case studies in the discipline.

Keywords: Case study. Methodology. *Affaire.* Anthropology.

Resumen: El objetivo de este artículo es discutir el estudio de caso desde la perspectiva del campo de las Ciencias Sociales, que, según planteo, tiene aportaciones específicas. Para ello, presenta una revisión bibliográfica del estudio de caso, que abarca tanto manuales de investigación como estudios sobre el tema. El artículo profundiza en una dimensión específica del estudio de caso: cuando el caso existe con anterioridad a los esfuerzos del investigador por construirlo y delimitarlo, lo que ha sido definido por los investigadores de origen francés como *affaire*. En la sección final, el artículo lanza algunas consideraciones sobre los estudios de caso y los enfoques antropológicos, presentando algunas posibles interpretaciones sobre la escasez, o ausencia, de reflexiones sobre los estudios de caso en la disciplina.

Palabras clave: Estúdio de caso. Metodología. *Affaire.* Antropología.

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença CC-BY 4.0, que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

Introdução: motivações e perspectivas iniciais

O "estudo de caso" é uma das estratégias de pesquisa em ciências sociais e, por isso, frequentemente figura como tópico em textos de

[1] Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

apoio a professores e estudantes em métodos de pesquisa, ao lado de outras formas de análises sociais como o método biográfico, as entrevistas, a observação participante etc. (Becker 1993; Goldenberg 2011; Rosenthal 2014a).

Segundo Becker (1993), o termo "estudo de caso" vem de uma tradição de pesquisa médica e psicológica, estando baseada na perspectiva de que é possível adquirir conhecimento do fenômeno de interesse a partir da exploração imersiva em um único caso (Becker 1993, 117). Afirma, ainda, o autor, que o estudo de caso em Ciências Sociais não é o de um único indivíduo, mas de uma organização ou comunidade. Os "fenômenos" possíveis de serem estudados a partir de casos seriam tão variados quanto cidades, bairros urbanos, fábricas, unidades de saúde etc. Para Almeida (2016, 60), o estudo de caso não é um procedimento metodológico específico, mas uma estratégia da pesquisa que mobiliza diferentes metodologias, podendo, inclusive, ser quantitativas, mas são, sobretudo, qualitativas. O estudo de caso pode ser definido também como um procedimento metodológico com pretensões holísticas que procura apreender diversas dimensões de um evento ou de fenômeno social específico (Almeida 2016).

Apesar de descrito na bibliografia voltada à metodologia de pesquisa nas Ciências Sociais, a forma, os limites e as potencialidades do estudo de caso nem sempre aparecem bem desenvolvidos nesses textos, como também nem sempre as pesquisas que fazem uso dessa metodologia dedicam espaço a essa discussão propriamente. No que se refere à Antropologia, em levantamento realizado com o termo "estudo de caso" nos números disponibilizados na página do Scielo de três revistas de impacto na área, foram localizadas dezessete ocorrências. Na revista Mana, foram encontradas quatro ocorrências, mas nenhum dos artigos discute a forma específica do estudo de caso. Dentre esses quatro artigos, dois mencionam o termo apenas nos seus resumos, enquanto os outros dois o citam no texto, mas também não desenvolvem as possíveis razões para a escolha dessa estratégia de pesquisa e não citam as referências que possam ter utilizado. No Anuário Antropológico, foram encontrados três artigos, sendo que dois mencionam "estudo de caso" em seus títulos, mas não o recuperam ao longo do texto; o terceiro artigo menciona "estudo de caso" no corpo do texto, mas também não explicita as razões da escolha por esse tipo de estudo. Por fim, a revista Antropolítica foi a que mais apresentou ocorrências com o termo "estudo de caso" (10). No entanto, apenas um dos artigos (Roa et al. 2022) apresenta reflexões sobre o tema a partir dos aportes de Yin (2005). A formação interdisciplinar dos atores desse artigo ajuda a entender essa exceção. Esse ponto será retomado adiante.

A motivação inicial para a realização desse levantamento não foi demonstrar uma certa lacuna em aportes recentes e brasileiros sobre o estudo de caso, embora isso possa ser percebido também. Na realidade, como professora de Antropologia em um curso e em um programa de Ciências Sociais, frequentemente ministro disciplinas e oriento monografias, dissertações e teses e observo a ausência de textos que discutem o estudo de caso em perspectiva metodológica para além do que ele é e da sua origem, ou seja, que apresentem reflexões sobre a variedade de casos possíveis de serem estudados, a rentabilidade dessa forma de pesquisa, os cuidados necessários e a relação entre estudo de caso e as abordagens antropológicas de problemas/temas sociais de forma mais ampla. Dessa forma, o presente texto pretende contribuir para a reflexão sobre estudo de caso nas Ciências Sociais, particularmente a partir da Antropologia.

Na primeira parte do artigo, apresento um mapeamento da bibliografia sobre estudo de caso de origem estadunidense e inglesa, o que me permitiu enxergar diferentes tradições nacionais envolvidas, como será explorado. Além disso, como um mapeamento, esse tópico contribui como um balanço sobre a produção em língua estrangeira, nem sempre acessível aos estudantes brasileiros de graduação e mesmo de pós-graduação. O artigo, assim, tem pretensões didáticas e tem a expectativa de oferecer um material de apoio para professores e estudantes. Na segunda parte do texto, aprofundo uma dimensão específica do

estudo de caso, a forma *affaire*: quando o caso tem existência prévia aos esforços do pesquisador de construir e de delimitá-lo. Ou seja, quando o caso é tratado como tal por setores do estado – e/ou também pela mídia – em função de suas características paradigmáticas, exemplares ou impactantes, como, por exemplo, "caso Amarildo", "caso Nardoni", "caso Nova Brasília" etc. Por fim, nas perspectivas finais, traço relações entre o estudo de caso e as abordagens antropológicas, apresentando algumas possíveis interpretações sobre a escassez, ou ausência, de reflexões das pesquisas sobre casos na disciplina.

Estudo de caso: principais contribuições ao debate a partir das Ciências Sociais

Embora o "estudo de caso", como visto acima, remonte à tradição de pesquisas em saúde (sobretudo nas áreas da medicina e da psicologia), diversas escolas e vertentes da Sociologia e da Antropologia realizaram pesquisas que podem ser compreendidas como estudos de caso. As pesquisas sobre fábricas, bairros, famílias, redes de parentesco da Escola de Chicago são exemplos de estudos que partiram da descrição de contextos, localidades ou situações específicas, como casos (Thomas e Znaniecki 1996; Wirth 1998; Zorbaugh 1983; Hughes 1967; Foote Whyte 2005). Outros exemplos poderiam ainda ser adicionados, como os Estudos de Comunidade realizados a partir da Universidade de Columbia, em que autores como Robert Redfield (1974), Charles Wagley (1988) e Donald Pierson (1971) partiram de descrições de localidades específicas – Tepoztlán, no México; Gurupá e Salvador, no Brasil – para abordarem temas caros ao pensamento social da época, como práticas culturais, religião, relações étnico-raciais.

No período em que grande parte desses estudos ocorria nos Estados Unidos e na Inglaterra, especificamente a partir da Escola de Manchester, outros estudos estavam sendo conduzidos também a partir de situações específicas. Os "processos de transformação" chamavam a atenção dos pesquisadores que buscavam descrevê-los em profundidade, o que não significava renunciar à construção de considerações gerais, com validade possível para além do objeto empírico estudado. Os estudos de Max Gluckman (1987), Clyde Mitchell (2010) e Jaap Van Velsen (1987) partiam da observação, da descrição e da análise de casos e de situações particulares ocorridas em cidades de países africanos para desenvolver considerações mais amplas sobre processos políticos de transformações sociais – considerando possíveis implicações para o Império Colonial Britânico. Sobretudo nessas escolas, mas não só, o processo de institucionalização das ciências sociais no século 20 – especialmente no que se refere aos departamentos de Sociologia e de Antropologia – fez com que a pesquisa social se tornasse quase sinônimo de pesquisa empírica de um fenômeno social com especificidades de tempo e de espaço (Ragin e Becker 1992, 2). Além disso, as transformações que enfrentavam as sociedades nas primeiras décadas do século 20 foram propulsoras de estudos interessados em compreender essas transformações, mensurar suas consequências e propor soluções para algumas delas.

Embora nem todos os trabalhos acima citados caracterizem seus estudos como "estudo de caso", eles apresentam dimensões, problemáticas e receberam interpretações (e críticas) que são importantes para a forma de pesquisa abordada nesse artigo. Ragin e Becker (1992) consideraram dicotômica a forma como os casos são concebidos. Primeiramente, a discussão de partida é se os casos devem ser compreendidos como unidades empíricas ou como construtos teóricos. Por um lado, há tradições que consideram os casos como unidades "reais" e "empíricas" que existem mesmo fora das construções dos pesquisadores. Assim, uma localidade geográfica como uma cidade ou um problema/tema de pesquisa seriam "casos em si", anteriores e disponíveis à análise do pesquisador. Por outro lado, há perspectivas que entendem que casos, tanto quanto comunidades, são sempre construções analíticas produzidas pelo pesquisador, algo como um "tipo ideal" sem existência real (Weber 1999). A sociologia compreensiva, na elaboração de autores como Schutz (2012), tende a compreender que o objeto de estudo é o resultado negociado das construções

de pesquisador e do pesquisado, uma vez que a experiência subjetiva dos indivíduos constitui o mundo social. Essa questão, como as que serão descritas a seguir, estão em aberto, mas são úteis para a reflexão de quem deseje compreender ou conduzir um estudo de caso.

O trabalho de Michel Foucault a respeito do "caso Pierre Rivière", assassino confesso da mãe, da irmã e do irmão, no interior da França do século 19, é um bom ponto para discutir se os casos têm existência prévia à análise do pesquisador, ou se é o pesquisador que constrói seu caso de pesquisa. Escreve Foucault que ele e sua equipe desejavam estudar a "história das relações entre psiquiatria e justiça penal" e, "no caminho encontra[ram] o caso Rivière" (Foucault 1977, IX). O que tornava o caso Rivière diferente dos demais casos de parricídio era a existência de "um certo número de elementos extraordinários" que não passava, segundo os pesquisadores, por elementos do crime em si. O caso Rivière havia se tornado um caso para os especialistas nos quais Foucault e sua equipe estavam interessados – médicos, psiquiatras, juristas – não por seu ineditismo, nem por ser mais brutal, nem mesmo porque Rivière teria empregado violência de um tipo diferente. Segundo os pesquisadores, o crime havia se tornado um caso por aquilo que ele era capaz de suscitar a respeito da utilização de conceitos psiquiátricos na justiça penal. Em resumo: o contexto explica como e por que o caso se tornou um caso, e isso é parte da discussão a ser enfrentada pelo pesquisador. Se o pesquisador considera que o caso trabalhado tem existência prévia às suas análises, quais foram os agentes decisivos na transformação de acontecimentos em um caso? Quais saberes eles representam? Em quais debates os especialistas se apoiaram quando trataram sobre o caso?

O caso que existe previamente à análise do pesquisador é apenas uma possibilidade. Não é o que distingue o estudo de caso de outras estratégias de pesquisa, nem é condição para sua realização. Mas, anteriores ou produzidos pelo pesquisador, os casos dependem de descrição para existir. Por quem foram descritos? E de que forma? Um caso é, também, uma história (Becker 1992), e uma boa narrativa é aquela que consegue explicar como o processo levou a esse resultado (Becker 1992, 212). Os casos são dependentes do seu contexto para serem inteligíveis. É tarefa do pesquisador descrever o caso a ser estudado de forma a torná-lo compreensível enquanto um caso: quais são as singularidades que o constituem? Para Passeron e Revel (2005), os casos apresentam duas características simultaneamente presentes: uma é a "singularidade de um estado de coisas" que não pode ser reduzida a qualquer exemplo arbitrário (ou seja, o "caso" precisa ser especialmente poderoso em demonstrar alguma coisa). A outra característica, decorrente da primeira, é a necessidade de uma descrição temporalmente densa, visando explicitar o encadeamento de situações, fatos, relações, personagens que constituíram o objeto do estudo – o que se aproxima do que Rosenthal (2014a) chamou de "sequencialidade", como discutiremos adiante. O que distingue uma simples "ocorrência" de um "caso", ainda segundo os autores, é a capacidade de descrição e de demonstração da singularidade do objeto a ser estudado (Passeron e Revel 2005, 17).

Um caso, assim, não pode ser um mero exemplo de uma situação conhecida. O caso desafia o investigador como um tipo de problema que demanda uma interpretação que não vem sendo oferecida, ou pelo menos não de forma satisfatória. Por isso o caso se distingue das demais situações cotidianas, pois ele captura a atenção, é um convite à percepção dos entremeios, contradições, controvérsias. O estudo de Max Gluckman sobre a inauguração de uma ponte na Zululândia – atual província de KwaZulu-Natal, na África do Sul – apresenta "um material de pesquisa detalhado" a respeito das relações sociais entre invasores colonizadores e população tradicional. O objetivo do autor, nesse ensaio que ele considera como um "experimento" (Gluckman 1987, 307), é formular, de maneira abstrata, processos de mudança social, o que é feito através da descrição minuciosa de eventos ocorridos em um mesmo dia. Esse é um estudo em que a construção de um caso para fins de análise e a descrição detalhada se combinam.

Posteriormente, outro antropólogo ligado à

Escola de Manchester, Jaap Van Velsen, tomou como inspiração o "estudo de caso detalhado" de Gluckman para conduzir o que chamou de "análise situacional". Ambos os autores, ao privilegiarem eventos nas construções dos casos com os quais trabalham, trazem à discussão a questão da sequência e da profundidade temporal dos acontecimentos. Mais uma vez, os casos não são meras ilustrações ou demonstrações, mas permitem articular dimensões de diferentes escalas, como a perspectiva subjetiva e a ação social, visibilizando aspectos da estrutura social como a hierarquia e a desigualdade, por exemplo. Almeida (2016, 61) ressalta a interconexão das variáveis que o estudo de caso permite observar. Por isso, muitas vezes, essa variedade de dimensões demanda estratégias de investigações plurais, construindo o estudo de caso com dados provenientes de surveys (Lavalle e Castelo 2004) ou de etnografia (Almeida e D'Andrea 2004).

Van Velsen (1987) argumenta que os casos devem ser apresentados, na análise em seu contexto social, como parte de um processo social (Van Velsen 1987, 370), o que significa dizer que é importante compreender os casos a partir de sua inserção em processos sociais e históricos de mais longa duração. Para isso, é preciso haver investimento na compreensão e na descrição de relações que podem ter se iniciado antes do caso/das situações. É a isso que se refere a ideia de "profundidade temporal" dos casos ou das situações sociais. Gluckman, por exemplo, compôs seu trabalho reunindo a descrição dos eventos ocorridos num mesmo dia e as observações anteriores sobre a relação entre grupos sociais na atual KwaZulu-Natal. A partir da inauguração da ponte, demonstrou que brancos e zulus participavam de um único sistema social, diferente das perspectivas correntes naquele momento (Gluckman 1975, 67).

Com isso, chegamos ao último e importante ponto, que trata das possibilidades de generalização das conclusões de um estudo de caso. Realizando esse tipo de abordagem, é possível apresentar resultados gerais para além do caso que foi efetivamente estudado? Ao descrever os objetivos do estudo de caso, Becker (1993) afirma haver um "propósito duplo": compreender as especificidades e apresentar declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e de estruturas sociais (Becker 1993, 118). Esse propósito duplo, para o autor, é o motivo pelo qual, mesmo nos estudos de caso, é preciso selecionar os temas que serão trabalhados na análise. A impossibilidade de descrever tudo, analisar tudo, apreender tudo, assim como ocorre em outras técnicas e métodos de pesquisa, se mantém. De fato, como vimos, o estudo de Foucault estava interessado na mútua constituição de saberes médicos e legais. As investigações de Gluckman e de Van Velsen buscavam compreender processos de mudança social. E, adicionalmente, mesmo estudos que se apresentam como uma análise de toda uma região em sua variedade de temas e questões, como o estudo de Wagley (1988), também apresenta um recorte – um estudo sobre as transformações das condições socioeconômicas em uma região do interior do estado do Pará, região Amazônica que, àquela época, sentia efeitos de uma nova onda desenvolvimentista e exploratória.

Walton (1992) afirma que, ao refletirmos sobre o conhecimento geral nas Ciências Sociais, muito do que sabemos deriva de pesquisas que são estudos de caso (Walton 1992, 125). Para o autor, faz parte da própria lógica do pensamento das ciências sociais utilizar casos concretos/empíricos para produzir abstrações. O autor oferece como exemplo o estudo de Goffman (1974) a respeito das instituições totais. Para além das habilidades descritivas do autor, esse estudo fornece modelos possíveis de serem transferidos para outros ambientes. Assim, previamente ao estabelecimento de propriedades universais, gerais e abstratas, é a generalização dos casos que inicia o exercício de produção de tipologias e demonstração de processos causais mais amplos (Goffman 1974, 126). Em resumo, os estudos de caso podem alcançar patamares de generalização, porque eles apresentam perspectivas para além deles mesmos, seja para outros casos, seja para estruturas sociais, que são mais amplas. O exercício de comparação de casos realiza a tarefa de teste de hipóteses e caminhos interpretativos, permitindo a generalização e a

construção de perspectivas com validade para além do caso estudado em particular.

Para Rosenthal (2014a), a estratégia metodológica de "reconstrução de caso" possibilita a generalização a partir de uma biografia particular. Nesse sentido, a interpretação de um caso produz o deslocamento entre a reconstrução das especificidades de um caso para a descoberta de correlações, tornando possível demonstrar como correlações em fenômenos específicos se formam (Rosenthal 2014a, 30). Segundo a autora, a pesquisa biográfica e reconstruções de caso permitem tanto alcançar padrões interpretativos e subjetivos, quanto compreender o entrelaçamento dessas histórias com o universo social (Rosenthal 2014b, 228). A possibilidade de generalização está diretamente entrelaçada à reconstrução de estruturas de experiência e de processos, que são gerais. A reconstrução das "estruturas de sentido", ainda segundo a autora, é o que permite alcançar a generalização teórica e analítica que, diferente de uma generalização estatística, é parte do interesse em produzir formas compreensivas de conhecimento.

A autora apresenta ainda uma contribuição importante por meio de ideia de sequencialidade, que seria uma forma de compreender o processo de formação das interações, seja entre os diferentes sujeitos, entre diferentes narrativas, ou diferentes formas discursivas (faladas ou escritas, por exemplo) (Rosenthal 2014a, 86). A forma como os acontecimentos são sequenciados evidencia o processo de escolha dos sujeitos, o que coloca em evidência os elementos estruturais que estavam disponíveis a eles em uma dada situação. Como autores anteriormente citados, Rosenthal ressalta o caráter processual do agir social e as decisões dos sujeitos, o que reforça a indissociabilidade entre ação, estrutura e processo. A sequencialidade, portanto, é esse princípio que favorece um tipo de análise interessada em descobrir o horizonte de possibilidade dos sujeitos, alcançando, ainda, as decisões efetivamente tomadas e as que estiveram fora do seu campo de ação (Rosenthal 2014a, 88). É nesse sentido que o estudo de caso tem potencialidade para construir conhecimento para além da situação ou do conjunto de situações que estão sendo efetivamente analisadas, pois, para sua descrição, depende da articulação com elementos mais amplos, como o contexto, salientado anteriormente.

Novamente, estamos diante de um problema científico que, apesar de poder ser observado a partir dos estudos de caso, não se restringe a ele. Fonseca (1999), tratando da pesquisa etnográfica de forma mais ampla, recusa a ideia de que o método etnográfico leva a resultados específicos sobre aquela realidade estudada, eventualmente sintetizado na formulação "cada caso é um caso". Para a autora, o entendimento das Ciências Sociais de que os comportamentos são sociais leva à procura por sistemas que vão sempre além do caso individual (Fonseca 1999, 59). Nesse sentido, contar com um número pequeno de informantes (ou mesmo um caso!) significa poder acessar dimensões particulares, subjetivas e específicas relativas à escolha dos sujeitos, mas isso sem perder de vista a dimensão social da pesquisa, já que compartilhamos o entendimento de que a subjetividade é forjada socialmente. A autora faz referência a um trecho de Dumont (1992), que escreve "é a particularidade mais ínfima [...] que mantém a rota aberta do universal". Assim, mesmo partindo de um conjunto limitado de situações, fatos, pessoas ou acontecimentos, um estudo de caso pode resultar em contribuições para além daquilo que foi especificamente estudado. Um estudo de caso possibilita, inclusive, análises comparativas tanto em relação a outros casos com características comuns, quanto a outros acontecimentos que não chegaram a ser considerados como casos. Na próxima seção, discutiremos esse ponto.

Caso enquanto causa política: a noção de *affaire*

Após a apresentação dos principais aspectos relacionados ao estudo de caso, nessa seção, o objetivo é aprofundar a discussão de uma de suas dimensões ou possibilidades. Trata-se das situações em que o caso a ser estudado foi previamente classificado, referido ou trabalhado como um caso por outros especialistas, entre operadores do Di-

reito, profissionais da imprensa etc. Em especial, discutiremos casos que envolvem crimes que podem ser de vários tipos, mas, frequentemente, trata-se de crimes contra a vida. Na primeira seção desse texto, foram mencionados o "caso Amarildo", o "caso Nardoni" e o "caso da Nova Brasília". Todos são homicídios, sendo o primeiro um homicídio cometido por agentes públicos, após terem torturado a vítima; o segundo, homicídio de vulnerável praticado pelo pai e pela madrasta da vítima, que a atiraram pela janela do sexto andar do apartamento onde moravam; o terceiro, um conjunto de 29 crimes, sendo 26 homicídios e 3 violências sexuais durante duas invasões policiais na favela que dá nome ao caso, localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Esses são apenas alguns exemplos de acontecimentos que se configuram como casos e, se tornados objetos de estudo, o(a) pesquisador(a) dificilmente poderia deixar de lado as atuações de setores da justiça, da comunicação, do audiovisual e de movimentos sociais e outros formatos de coletivos políticos. Nessa seção do texto, discutiremos o modelo de caso como *affaire*, que foi construído, em grande medida, por uma bibliografia de origem francesa, relacionada a autores "pragmatistas". Barthe et al. (2016) descrevem o pragmatismo como uma corrente da sociologia interessada na realização de estudos empíricos comprometidos com provas. Para tanto, desde a década de 1980, casos, controvérsias e escândalos públicos foram usados para pensar sobre diversas áreas da vida social.

O estudo de Luc Boltanski (2012) é uma referência importante no debate sobre a forma-caso conhecida como *affaire*, de que aqui trataremos. Analisando cartas enviadas à redação do jornal francês *Le Monde*, que narravam situações vivenciadas como injustas, aviltantes e indignantes, o autor reflete sobre suas propriedades, sobre aquilo que parece ser decisivo no julgamento de sua pertinência, o que poderia resultar na publicação nas páginas do jornal ou, ao contrário, no simples ato de guardar essas cartas. Nesses termos, Boltanski afirma que o potencial de uma ofensa é tão mais impactante quanto maiores forem as relações com causas socialmente reconhecidas. Para o autor, o que faz com que um ato de denúncia se torne um caso público (*affaire*) é a sua capacidade de generalização.

> O autor de uma denúncia pública está pedindo, na verdade, para ser seguido por um número indefinido – mas necessariamente grande – de pessoas ("todos", "todos os que contam", "todos os homens de boa vontade"). [...] Partindo de um caso particular, porém exemplar, ela [a denúncia] diz respeito a todos [...] As operações realizadas pelo affair, que contribuem, a seu modo, para criar e dissolver grupos, estão sempre associadas a mudanças entre o "caso particular" e o "interesse geral", o singular e o coletivo. Para levar um affair adiante e submetê-lo ao veredito da opinião pública, é preciso testar as capacidades de generalização contidas em um incidente de origem puramente local (Boltanski 2012, 170, tradução nossa).

Aponta o autor que uma ação pode ser enquadrada como uma injustiça e, consequentemente, tornar-se objeto de uma denúncia capaz de mobilizar um coletivo de pessoas. Para isso, a situação precisa ser narrada de acordo com o que o autor chama de "processo de dessingularização". É por meio desse processo que consiste em retirar as especificidades do ato construído como injusto, que uma situação singular pode se tornar um problema público. Excede os interesses e limites desse artigo descrever, em detalhes, a estrutura de acontecimentos que se tornam casos, apontando as possíveis razões pelas quais alguns possuem essa característica e outros não, mas, sem dúvida, é importante salientar pontos relacionados à construção de legitimidade e à visibilidade alcançada por eles. Um aspecto que parece relevante para a análise que esse artigo propõe diz respeito a quem são os agentes responsáveis pela transformação política dos acontecimentos em casos.

O nível de generalidade que cada incidente precisa alcançar para ser considerado como um caso, segundo Boltanski (2012), pode partir dos sujeitos que protagonizaram a situação, o que os colocaria na situação de vítima. Mas, ainda segundo o sistema proposto pelo autor, é possível também que exista uma figura externa que funcione como o denunciador: alguém neutro em relação às posições de vítima e de causador do

dano, violência, malefício ou sofrimento. Elizabeth Claverie (1994) recupera os escritos de Voltaire para afirmar que a maneira pela qual o filósofo francês abordou certos acontecimentos consistiu em construí-los como problemas públicos e como grandes casos de injustiça. Nesse caso, Voltaire desempenhava o papel de um denunciador neutro, que conclamava os outros a se posicionarem da mesma forma: era um chamado pela justiça. Para Claverie (1994), Voltaire inaugurou uma nova forma de escrito político que é o caso (*affaire*). Em suas palavras:

> Na década de 1760, Voltaire fez uma defesa apaixonada de várias pessoas acusadas de crimes por juízes do Parlamento. Fazer essa defesa era equivalente a fazer acusações e, portanto, transformar a arena judicial, cujos debates eram secretos, em uma arena pública e solicitar o apoio de um julgamento público. Essa solicitação violava as regras da monarquia contra a publicidade. Estudaremos aqui o relato de Voltaire sobre o processo movido pelos capitães e pelo Parlamento de Toulouse contra Jean Calas e sua família. Calas, um comerciante protestante que foi duramente atacado pelo Parlamento de Toulouse por ter cometido parricídio contra seu filho a fim de evitar sua apostasia, não é suficiente para fazer um "caso" [*affaire*], nem uma "causa" [cause]. Esse caso, que se tornaria o paradigma para todos os outros, exigiu o imenso trabalho de construção crítica de Voltaire para tomar forma (Claverie 1994, 76-77, tradução nossa).

Interessada em analisar as categorias "processo", "caso" e "causa", na relação entre política e moralidade, Claverie constrói sua análise afirmando que a inovação de Voltaire foi significar questões de injustiça como parte do interesse da humanidade, "de todas as pessoas do mundo". Além disso, a partir da denúncia do caso Calas, Voltaire passa a defender uma questão mais ampla que o caso em si e que estava sendo debatida naquele período na Europa: a separação dos poderes legislativo e judiciário. A ação política consiste em produzir generalização e abstração do problema ou do tema da injustiça que deu causa à situação (Claverie 1994). No caso Calas, podemos visualizar como outras situações consideradas semelhantes são utilizadas ao longo do processo de produção de dessingularização e de generalização. O mesmo ocorreu com outros casos mencionados ao longo deste artigo. Assim, o "caso Amarildo" passa a dizer sobre outros casos de violência policial, o "caso Nardoni" fala de violência contra crianças cometidas em contextos familiares, o "caso da Nova Brasília" diz respeito a chacinas praticadas pelas polícias durante operações em favelas. A própria "síntese" do que cada um desses casos se refere é resultado da ação política, por meio da qual as singularidades são deixadas de lado em detrimento do impacto da produção de uma causa. Apesar da multiplicidade de cada uma das situações, a forma-caso tende a privilegiar uma questão principal.

A ideia de "casos de repercussão" foi utilizada por Kant de Lima et al. (2017) como forma de compreender o que os casos extraordinários revelam a respeito das formas ordinárias de gestão de crimes que alcançam espaço na atuação da mídia, das instituições públicas, dos agentes políticos etc. (Kant de Lima et al. 2017, 10). Dialogando com o historiador Wilhem Schapp, as autorias privilegiam a relação entre os casos e o mundo jurídico, perspectiva que o presente artigo também sustenta. A ideia de "casos de repercussão" é combinada à noção de "processos de repercussão", que visa enfatizar os ritmos, as temporalidades e as espacialidades dos casos. Eilbaum e Medeiros (2017) justificam a opção pela categoria "casos de repercussão" como forma de evidenciar os efeitos da articulação entre mídia, política e administração pública que concorrem para a criação de casos que, como tais, imprimem ritmos, intensidades e sintonias para acontecimentos específicos, mas com potencial de afetar outros para além de si mesmos.

Apoiada nesses autores, argumento, assim, que o estudo de caso é uma forma de acessar o cenário social e político de um determinado contexto. Sobretudo quando o caso está relacionado a questões de (in)justiça, tornam-se visíveis percepções, discursos e anseios coletivos em torno de direitos, subjetividades, moralidades. É nesse sentido que um estudo de caso pode não ser revelador em termos das conclusões que ele apresenta, mas ele se presta de forma eficiente à

demonstração de processos e de encadeamentos de situações, permitindo o exame da relação entre os acontecimentos e seus desdobramentos através da visibilização de atores, suas práticas, conflitos, convergências e/ou dissensos. Assim, dificilmente um estudo de caso apontará para questões totalmente imprevistas no início da investigação – até porque o desfecho do caso acaba sendo relevante para a sua escolha enquanto objeto de pesquisa. Mas, por outro lado, o estudo de caso demonstra ser eficaz em permitir a observação de processos sociais e políticos em sua estruturação, através do encadeamento de ações e eventos (a sequencialidade trabalhada por Rosenthal 2014a, como vimos). Especialmente quando o estudo de caso se dedica à forma *affaire*, estão em jogo processos de transformação no significado político de situações consideradas paradigmáticas, exemplares ou impactantes. Isso parece especialmente válido para a compreensão de estruturas e transformações no campo dos movimentos sociais e de pesquisas relacionadas ao estado e ao poder.

Perspectivas finais

O objetivo desse artigo, como mencionado, foi produzir um material que sirva de apoio e de estímulo tanto a colegas docentes, quanto a estudantes, de diferentes níveis de formação, interessados(as) em realizar pesquisas na forma de estudo de caso. A escassez de bibliografia sobre o tema, para além dos manuais que apresentam os principais contornos dessa estratégia de pesquisa, foi uma das motivações. Contudo, mais até do que a escassez de bibliografia, chama a atenção a existência de produções bibliográficas que, apesar de realizarem estudo de caso, não tecem maiores considerações sobre essa forma de fazer pesquisa. Nessas perspectivas finais, retomo alguns dos aspectos que considero importantes do artigo e apresento uma possibilidade interpretativa sobre por que pesquisas atuais puderam prescindir de explicar a opção pelo estudo de caso, o que parece estar em relação com os caminhos das Ciências Sociais e da Antropologia, em particular.

Um elemento a ser acrescentando a respeito da bibliografia recente disponível em língua portuguesa sobre estudo de caso – como o já citado estudo de Yin (2005) e também de outros, como Gerring (2019) e Magaldi e Salibi Neto (2021) – é que tais estudos são voltados menos à formação e à pesquisa de cientistas sociais e mais aos campos da educação e da administração, finanças e planejamento. Embora essas obras tenham sido produzidas por sociólogos e cientistas sociais, o tipo das questões trabalhadas permite visualizar um público interessado na aplicação de estudos de caso para aprimorar processos em empresas, escolas e demais instituições. A observação que se pode depreender desses estudos, ainda que eles não tenham sido alvo de um levantamento bibliográfico sistemático, é que a forma "estudo de caso" interessa ao campo da administração e planejamento pelo caráter circunscrito dos contornos da pesquisa (uma empresa ou instituição) e dos resultados possivelmente replicáveis. Ou seja, o estudo de caso parece interessar aos campos de administração e finanças pela possibilidade de responder: Quais são os fatores que explicam, por exemplo, o rápido crescimento de uma empresa, e o que outras empresas podem fazer para repetir esse resultado?

Outras bibliografias utilizadas neste artigo, como os textos de Becker (1993), Goldenberg (2011), Rosenthal (2014a e 2014b) e Almeida (2016), mais voltados ao público de cientistas sociais, oferece caminhos e sugestões para pesquisadores interessados nas formas de análises interpretativas e enfatizam as dimensões que foram desenvolvidas neste artigo: o estudo de caso se constrói a partir de uma situação determinada, mas suas conclusões e considerações são mais amplas que o caso em si. Dialogando e, se valendo de tais perspectivas, o presente artigo argumentou, ainda, que um estudo de caso se faz, significativamente, a partir da descrição e que a própria tarefa descritiva torna necessária a articulação entre o específico e o geral, entre o caso e o contexto do caso, entre a prática e a estrutura. O estudo de caso, assim, está alicerçado sobre princípios caros à construção do campo científico das Ciências Sociais, como a indissociabilidade entre agência e estrutura, ação e processo (Geertz 1989; Ortner 2007).

No que se refere às Ciências Sociais e, mais especificamente, à Antropologia, o estudo de caso, pela centralidade concedida à descrição e ao empírico, pode não apresentar contornos muito distintos do fazer antropológico de maneira geral. A forma de construção de um estudo que parte da descrição de uma situação narrada e/ou empiricamente observável (com uso de técnicas diversas como entrevistas, observação participante, estudo de caso, análise visual etc.) e alcance considerações mais amplas – sobre a região, sobre estruturas sociais, sobre formas de relações de mesmo tipo – é a forma, por excelência, da Antropologia. Conforme Geertz, "o antropólogo aborda tais interpretações mais amplas e análises mais abstratas a partir de um conhecimento muito extensivo de assuntos extremamente pequenos" (1989, 15). Talvez, por isso, nas autorias de colegas da Antropologia não sejam notáveis esforços de definir, discutir e justificar o estudo de caso, como também não são, na forma de análise, que conectam o particular e o geral, parte dos resultados esperados das pesquisas e análises. Anteriormente, argumentei que as formas de produzir análises e de elaborar conclusões a partir da observação empírica – seja de um ou mais casos – se confundem com questões científicas mais amplas, e isso pode tornar redundante o esforço de explicitação metodológica referente à transição entre as especificidades de um estudo e as generalidades possíveis de serem alcançadas.

Neste artigo, também busquei analisar uma forma específica de estudos de caso, que é quando um caso é assim tratado não apenas pelo pesquisador interessado em sua descrição e análise, mas por agentes externos à pesquisa, que podem atuar em serviços públicos, como no judiciário ou em setores da mídia. Trata-se da forma *affaire*, tal como definida pela bibliografia francesa apresentada neste artigo. Essas situações, para além das questões que qualificam as pesquisas empíricas, estimulam a investigação sobre o que torna um acontecimento excepcional ou de especial relevância. O caso (*affaire*), para além da exemplificação, da demonstração e da relação causal que ele permite observar, tornou-se parte da linguagem política de movimentos sociais, de partidos políticos e também de setores do judiciário. Conforme argumentei, é nesse sentido que o estudo de caso, enquanto affaire, parece ser útil para observar dinâmicas sociopolíticas contemporâneas.

Ao reunir diferentes perspectivas sobre o estudo de caso e evidenciar suas potencialidades analíticas e suas variações de uso em distintos campos disciplinares, procurei mostrar que essa forma de pesquisa permanece central para as Ciências Sociais, ainda que por caminhos, expectativas e categorias diversas. Se, por um lado, sua adoção em áreas como administração enfatiza resultados aplicáveis e replicáveis, por outro, o uso feito pelos cientistas sociais – e especialmente no âmbito da antropologia – ressalta o valor da descrição, da interpretação situada e da articulação entre eventos singulares, contextos e estruturas mais amplos. Ao incluir o exame da forma affaire, argumentei ainda que alguns casos extrapolam o âmbito analítico e passam a integrar repertórios públicos, adquirindo força política que importa para as análises. Assim, mais do que uma estratégia de pesquisa, as reflexões sobre estudo de caso alcançam o debate sobre um modo de produzir conhecimento capaz de oferecer resultados relevantes na análise de processos contemporâneos, sobretudo na capacidade de relacionar processos subjetivos, decisões particulares a estruturas mais amplas.

O presente artigo, devido às pretensões didáticas que o constituem, discutiu parte da produção científica sobre estudo de caso voltada à formação de estudantes em Ciências Sociais. Contudo, trabalhos futuros poderiam observar, nos manuais voltados às Ciências Sociais e às Ciências Sociais aplicadas, como aparecem as características relacionadas aos estudos de caso, como aplicabilidade para resolver um problema específico, interesse na transformação, ênfase na descrição e possibilidade de generalização – temas que podem ser entendidos como comuns entre esses campos do conhecimento científico. Há, portanto, um conjunto relativamente amplo de questões a serem trabalhadas, para o que o presente artigo pode ser apenas uma provocação inicial.

Referências

Almeida, Ronaldo de. 2016. Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica. In *Método de Pesquisa em Ciências Sociais – Bloco Qualitativo*. Cebrap..

Almeida, Ronaldo de e Tiaraju D'Andrea. 2004. Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. *Novos estudos* 68: 94-106. https://encurtador.com.br/OOPp.

Barthe, Yannick, Catherine Rémi, Danny Trom et al. 2016. Sociologia pragmática: guia do usuário. *Sociologias* 18 (41): 84-129. https://doi.org/10.1590/15174522-018004104.

Becker, Howard. 1992. Cases, causes, conjunctures, stories, and imagery. In *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*, editado por Charles Ragin e Howard Becker. Cambridge University Press.

Becker, Howard. 1993. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. Hucitec.

Boltanski, Luc. 2012. *Love and justice as competences.* Polity Press.

Claverie, Elizabeth. 1994. Procès, affaire, cause. Voltaire et l'inovation critique. *Politix* 26: 76-85. https://doi.org/10.3406/polix.1994.1843.

Dumont, Louis. 1992. *Homus hierarquicus*. Edusp.

Eilbaum, Lucia e Flavia Medeiros. 2017. Entre rotinas, temporalidades e moralidades: a construção de processos de repercussão em dois casos etnográficos. In *Casos de repercussão: perspectivas antropológicas sobre rotinas burocráticas e moralidades*, editado por Roberto Kant de Lima, Lucia Eilbaum e Flavia Medeiros. Consequência.

Fonseca, Claudia. 1999. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação* 10: 58-78. http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n10/n10a05.pdf.

Foote Whyte, William. 2005. *Sociedade de esquina*. Jorge Zahar.

Foucault, Michel. 1977. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Graal.

Gerring, John. 2019. *Pesquisa de estudo de caso: princípios e práticas.* Vozes.

Geertz, Clifford. 1989. Uma descrição densa: por uma teoria da interpretativa da cultura. In *A interpretação das culturas.* Zahar.

Gluckman, Max. 1975. O material etnográfico na antropologia social inglesa. In *Desvendando máscaras sociais*, editado por Alba Zaluar. Francisco Alves.

Gluckman, Max. 1987. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*, editado por Bela Feldman-Bianco. Global.

Goffman, Erving. 1974. *Manicômios, prisões e conventos.* Perspectiva.

Goldenberg, Miriam. 2011. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Record.

Hughes, Everett Cherrington. 1967. *French Canada in transition.* University of Chicago Press.

Kant de Lima, Roberto, Lucia Eilbaum e Flavia Medeiros. 2017. *Casos de repercussão: perspectivas antropológicas sobre rotinas burocráticas e moralidades*. Consequência.

Lavalle, Ádrian e Graziela Castelo. 2004. As benesses desse mundo: associativismo religioso e inclusão socioeconômica. *Novos Estudos* 68: 73-93. https://encurtador.com.br/ZbWK.

Magaldi, Sandro e José Salibi Neto. 2021. E*studo de casos: gestão do amanhã. O que está por trás do sucesso das empresas escaláveis.* Camelot.

Mitchell, Clyde. 2010. A dança Kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte. In *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*, editado por Bela Feldman-Bianco. Editora Unesp.

Ortner, Sherry. 2007. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*, editado por Miriam Grossi, Cornelia Eckert e Peter Fry. Nova Letra.

Passeron, Jean-Claude e Jacques Revel. 2005. *Penser par cas.* Éditions de l'EHESS.

Pierson, Donald. 1971. *Brancos e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. Companhia Editora Nacional.

Ragin, Charles e Howard Becker. 1992. *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge University Press.

Redfield, Robert. 1974. *Tepoztlán: A Mexican Village: A Study of Folk Life.* University of Chicago Press.

Roa, Michael, Valdir Frigo Denardin e Mayra Taiza Sulzbach. 2022. Expressões de reciprocidade em hortas urbanas familiares e comunitárias do sudoeste de Bogotá, Colombia. *Antropolitica* 54 (2): 238-262. https://encurtador.com.br/QFyT.

Rosenthal, Gabriele. 2014a. *Pesquisa social interpretativa: uma introdução*. Edipucrs.

Rosenthal, Gabriele. 2014b. História de vida vivenciada e história de vida narrada. *Civitas* 14 (2): 227-249. https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.2.17116.

Schutz, Alfred. 2012. *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Vozes.

Thomas, William e Florian Znaniecki. 1996. *The Polish Peasant in Europe and America: A Classic Work in Immigration History.* University of Illinois Press.

Van Velsen, Jaap. 1987. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*, editado por Bela Feldman-Bianco. Global.

Wagley, Charles. 1988. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Itatiaia e Edusp.

Walton, John. 1992. Making the theoretical case. In What is a case? *Exploring the foundations of social inquiry,* editado por Charles Ragin e Howard Becker. Cambridge University Press.

Weber, Max. 1999. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Editora UnB.

Wirth, Louis. 1998. *The Ghetto*. Transaction Publishers.

Yin, Robert. 2005. *Estudo de caso: planejamento e métodos.* Bookman.

Zorbaugh, Harvey. 1983. *The Gold Coast and the Slum: A Sociological Study of Chicago's Near North Side.* University of Chicago Press.

Paula Mendes Lacerda

Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Endereço para correspondência:

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Instituto de Ciências Sociais

Rua São Francisco Xavier, 524, 2º andar, bloco F

Maracanã, 20550-900

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Disponibilidade de dados:

Não se aplica.

Conflito de interesse:

Não há.

Como citar este artigo:

Lacerda , P. M. A pesquisa em Ciências Sociais a partir da metodologia do "Estudo de caso". Civitas: Revista De Ciências Sociais, e46728. https://doi.org/10.15448/1984-7289.2026.1.46728